

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

NOÇÕES INTRODUTÓRIAS..... 39

1.1.	Fontes Formais Primárias.....	39
1.2.	Conceitos fundamentais.....	40
1.2.1.	Tributo.....	40
1.2.2.	Competência tributária.....	41
1.2.3.	Tributos vinculados e não vinculados.....	42
1.2.4.	Tributos destinados e não destinados.....	42
1.2.5.	Tributos restituíveis e tributos não restituíveis.....	42
1.2.6.	Impostos.....	42
1.2.7.	Taxas.....	43
1.2.8.	Imunidades tributárias.....	44
1.2.9.	Obrigação tributária e crédito tributário.....	45
1.2.10.	Fato gerador.....	45
1.2.11.	Contribuinte e responsável.....	46
1.2.12.	Cadeia produtiva, tributação monofásica e tributação plurifásica.....	47

CAPÍTULO 2

FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO 49

2.1.	Fontes Formais Primárias.....	50
2.1.1.	Constituição Federal e Emenda à Constituição Federal.....	50
2.1.2.	Lei Complementar.....	52
2.1.3.	Lei ordinária.....	64
2.1.4.	Medida provisória.....	65
2.1.5.	Tratados e Convenções Internacionais.....	66
2.1.6.	Lei delegada.....	68
2.1.7.	Decreto Legislativo.....	68
2.1.8.	Resolução.....	69
2.2.	Fontes formais secundárias.....	70
2.2.1.	Decretos Regulamentares.....	70
2.2.2.	Atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.....	72
2.2.3.	Decisões com eficácia normativa.....	73

2.2.4.	Práticas reiteradas das autoridades administrativas.....	73
2.2.5.	Convênios celebrados pelas entidades impositoras.....	74
2.3.	Resumo.....	75
2.4.	Jurisprudência relevante.....	76
2.4.1.	Teses firmadas em Recursos Repetitivos Extraordinários.....	76
2.5.	Provas de Concursos Públicos.....	76
2.5.1.	Questões.....	76
2.5.2.	Gabarito.....	78
2.6.	Reflexão aprofundada.....	79
2.6.1.	Questões discursivas.....	79
2.6.2.	Gabarito.....	79

CAPÍTULO 3

SISTEMA TRIBUTÁRIO E DISCRIMINAÇÃO DE COMPETÊNCIAS 81

3.1.	Conceito de tributo.....	81
3.1.1.	Prestação pecuniária em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir.....	81
3.1.2.	Prestação compulsória.....	82
3.1.3.	Instituída em lei.....	82
3.1.4.	Cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.....	83
3.1.5.	Que não constitua sanção por ato ilícito.....	83
3.2.	Regra-matriz de incidência tributária.....	84
3.2.1.	Critérios do antecedente.....	87
3.2.1.1.	Critério material.....	88
3.2.1.2.	Critério espacial.....	88
3.2.1.3.	Critério temporal.....	89
3.2.2.	Critérios do consequente.....	89
3.2.2.1.	Critério pessoal.....	89
3.2.2.2.	Critério quantitativo.....	90
3.2.2.3.	Síntese.....	90
3.3.	Competência tributária e capacidade tributária ativa.....	91
3.3.1.	Competência tributária: conceito e características.....	91
3.3.2.	Capacidade tributária ativa e destinatário do produto da arrecadação.....	93
3.3.3.	Classificação das normas de competência tributária.....	95
3.3.3.1.	Competência privativa.....	96
3.3.3.2.	Competência comum.....	98
3.3.3.3.	Competência cumulativa.....	99
3.3.3.4.	Competência residual.....	100
3.3.3.5.	Competência extraordinária.....	102
3.3.3.6.	Competência compartilhada.....	102

3.3.3.7.	Críticas a classificação que mencionamos	105
3.4.	Classificação das espécies tributárias.....	108
3.5.	Impostos.....	111
3.5.1.	Tributo não vinculado, não destinado e não restituível	111
3.5.2.	Exceções ao princípio da não afetação dos impostos	112
3.5.3.	Competência tributária	114
3.6.	Taxas.....	115
3.6.1.	Tributo diretamente vinculado e não restituível.....	115
3.6.2.	Competência para instituição das taxas	116
3.6.3.	Taxa de polícia	117
3.6.4.	Taxa de serviço.....	119
3.6.5.	Base de cálculo das taxas.....	122
3.6.6.	Taxas e preços públicos	126
3.7.	Contribuição de melhoria	129
3.7.1.	Tributo indiretamente vinculado e não restituível.....	129
3.7.2.	Fato gerador	130
3.7.3.	Requisitos	132
3.7.4.	Sujeito passivo.....	135
3.7.5.	Base de cálculo.....	136
3.8.	Empréstimo compulsório.....	136
3.8.1.	Tributo vinculado ou não vinculado, destinado e restituível	136
3.8.2.	Pressupostos constitucionais.....	138
3.8.3.	Fato gerador.....	140
3.8.4.	Análise do parágrafo único.....	141
3.8.5.	Disciplina do Código Tributário Nacional.....	141
3.8.6.	Devolução dos valores pagos	142
3.9.	Contribuições especiais	142
3.9.1.	Tributo não vinculado, destinado e não restituível.....	143
3.9.2.	Requisitos de validade.....	144
3.9.3.	Classificação das contribuições	148
3.10.	Outras classificações.....	150
3.10.1.	Tributos diretos e indiretos.....	150
3.10.2.	Tributos com finalidade fiscal e tributos com finalidade extrafiscal	152
3.10.3.	Tributos reais e tributos pessoais.....	153
3.11.	Resumo.....	153
3.12.	Jurisprudência relevante	155
3.12.1.	Súmulas vinculantes.....	155
3.12.2.	Súmulas	155
3.12.3.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	156

3.13.	Provas de concursos públicos.....	157
3.13.1.	Questões	157
3.13.2.	Gabarito	160
3.14.	Reflexão aprofundada	161
3.14.1.	Questões discursivas.....	161
3.14.2.	Gabarito	161

CAPÍTULO 4

PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO 163

4.1.	Legalidade tributária	165
4.1.1.	Fundamento histórico e fundamento político.....	165
4.1.2.	Análise do artigo 150, inciso I, da Constituição Federal	166
4.1.3.	Medidas Provisórias e a instituição de tributos	169
4.1.4.	Tipicidade cerrada.....	170
4.1.4.1.	Conceitos jurídicos indeterminados e cláusulas gerais	170
4.1.4.2.	Norma tributária em branco	172
4.1.5.	Autorização Constitucional para que atos infralegais alterem alíquotas de tributos	173
4.1.6.	Delegação ao Executivo para reduzir ou aumentar alíquotas.....	175
4.1.7.	Alíquotas de referências do IBS e da CBS.....	176
4.1.8.	O que não precisa ser veiculado por lei.....	177
4.2.	Anterioridade anual e anterioridade nonagesimal	179
4.2.1.	Origem e fundamento.....	179
4.2.2.	Considerações gerais	182
4.2.3.	Exceções às anterioridades anual e nonagesimal.....	185
4.2.4.	Cláusula pétrea e o princípio da anterioridade.....	190
4.2.5.	Princípio da anterioridade e Medidas Provisórias.....	191
4.2.6.	Algumas controvérsias sobre a (não) incidência do princípio da anterioridade.....	194
4.3.	Irretroatividade tributária.....	196
4.3.1.	Considerações gerais	196
4.3.2.	Análise dogmática	197
4.3.2.1.	Significado da expressão “fatos geradores ocorridos”, empregada pelo artigo 150, inciso III, alínea “a”, da CF.....	197
4.3.2.2.	Consequências dessa interpretação	198
4.3.2.3.	Súmula 584 do STF.....	199
4.4.	Princípio da isonomia tributária.....	201
4.4.1.	Aspecto negativo: o que a lei não pode discriminar	201
4.4.2.	Aspecto positivo: o que a lei deve discriminar.....	203

4.4.3.	Violação à isonomia: o que o Judiciário pode fazer?.....	203
4.4.4.	Pecúnia <i>non olet</i> e princípio da isonomia	205
4.4.5.	Síntese	206
4.5.	capacidade contributiva	206
4.5.1.	Capacidade contributiva absoluta/objetiva e capacidade contributiva relativa/subjetiva	206
4.5.2.	Aplicabilidade do princípio da capacidade contributiva a todas as espé- cies tributárias.....	207
4.5.3.	Progressividade e seletividade como meios de promover o princípio da capacidade contributiva.....	208
4.5.4.	(Im)possibilidade de utilização da técnica da progressividade nos im- postos reais.....	210
4.5.5.	Extrafiscalidade e capacidade contributiva.....	212
4.5.6.	Síntese	213
4.6.	Vedação ao Confisco	214
4.6.1.	Aspectos gerais	214
4.6.2.	Aplicação do princípio da vedação do confisco às multas.....	215
4.7.	Liberdade de tráfego de pessoas e bens	216
4.8.	Proibição das isenções heterônomas	217
4.9.	Uniformidade geográfica.....	218
4.10.	Tributação isonômica da renda nos títulos da dívida pública e nos vencimentos dos funcionários públicos.....	219
4.11.	Não discriminação baseada em procedência ou destino	219
4.12.	Capacidade Colaborativa	220
4.13.	Princípio (ou regra/postulado) da proporcionalidade.....	221
4.13.1.	Regra, princípio ou postulado	221
4.13.2.	Dos pressupostos para aplicação da regra da proporcionalidade por parte do Poder Judiciário.....	222
4.13.3.	Dos critérios para aplicação da regra da proporcionalidade.....	225
4.13.4.	Exemplo de aplicação da regra da proporcionalidade no Direito Tributário.....	231
4.14.	Novos princípios introduzidos pela reforma tributária (emenda constitucional de nº 132/2023).....	232
4.15.	Resumo.....	235
4.16.	Jurisprudência relevante	240
4.16.1.	Teses firmadas em recursos repetitivos extraordinários	240
4.16.2.	Súmulas	242
4.16.3.	Súmulas Vinculantes.....	242
4.17.	Provas de concursos públicos.....	242
4.17.1.	Questões	242
4.17.2.	Gabarito	253

CAPÍTULO 5**IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS 255**

5.1.	Conceito e classificações.....	255
5.2.	Imunidades e obrigações acessórias.....	257
5.3.	Imunidade e isenção	257
5.4.	Irrelevância da nomenclatura utilizada pela Constituição	258
5.5.	Regulamentação das imunidades condicionadas.....	259
5.6.	Das imunidades espalhadas pelo texto constitucional	261
5.6.1.	Imunidades com relação às taxas	261
5.6.2.	Imunidades com relação às contribuições especiais	263
5.6.3.	Imunidades com relação ao IBS e com relação à CBS.....	266
5.6.4.	Imunidades com relação a impostos espalhadas pelo texto.....	266
5.7.	Destinatário da imunidade. Contribuinte de fato ou contribuinte de direito.....	269
5.8.	Análise do artigo 150, inciso VI, da Constituição Federal	270
5.9.	Imunidade Recíproca	271
5.9.1.	Fundamentos	271
5.9.2.	Aplicação a todos os impostos	272
5.9.3.	Imunidade Recíproca, Imposto de Importação, IBS e CBS	273
5.9.3.1	Por que não reconhecer imunidade tributária recíproca no IBS, na CBS e no Imposto de Importação?	273
5.9.3.2	Solução adotada pela Constituição.....	274
5.9.4.	Abrangência da regra de imunidade às autarquias e fundações.....	275
5.9.5.	(In)aplicabilidade da imunidade recíproca às empresas públicas e às sociedades de economia mista	276
5.9.6.	Imunidade recíproca e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT....	279
5.9.7.	Sucessão tributária.....	281
5.9.8.	Não incidência da imunidade tributária aos cartórios e tabelionatos.....	282
5.9.9.	Gráfico.....	283
5.10.	Imunidade religiosa.....	284
5.10.1.	Conteúdo	284
5.10.2.	Análise do § 4º do artigo 150 da Constituição	285
5.10.3.	Questões controvertidas	286
5.10.3.1.	Cemitérios	286
5.10.3.2.	Maçonaria.....	286
5.11.	Imunidades condicionadas do artigo 150, inciso VI, da Constituição Federal	287
5.11.1.	Considerações gerais	287
5.11.2.	Imunidade dos partidos políticos	289
5.11.3.	Imunidade dos sindicatos dos trabalhadores.....	289
5.11.4.	Imunidade das instituições de educação sem fins lucrativos.....	289

5.11.5.	Imunidade das entidades de assistência social sem fins lucrativos.....	290
5.11.6.	Análise do § 4º do artigo 150 da Constituição	291
5.11.7.	Gráfico.....	293
5.12.	Imunidade de imprensa	294
5.12.1.	Livros, jornais e periódicos	294
5.12.2.	Papel destinado à impressão dos livros, jornais e periódicos.....	295
5.12.3.	Gráfico.....	296
5.13.	Imunidade musical	296
5.14.	Resumo.....	298
5.15.	Jurisprudência relevante.....	300
5.15.1.	Súmulas Vinculantes.....	300
5.15.2.	Súmulas	300
5.15.3.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	300
5.16.	Provas de concursos públicos.....	302
5.16.1.	Questões	302
5.16.2.	Gabarito	311

CAPÍTULO 6

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA..... 313

6.1.	Conceito de legislação tributária	313
6.2.	Leis, Tratados, Convenções Internacionais e Decretos: artigos 97 a 99 do Código Tributário Nacional	314
6.3.	Normas complementares.....	316
6.4.	Vigência da legislação tributária.....	318
6.5.	Aplicação da legislação tributária.....	323
6.6.	Interpretação e integração da legislação tributária.....	328
6.7.	Resumo.....	334
6.8.	Provas de concursos	336
6.8.1.	Questões	336
6.8.2.	Gabarito	340

CAPÍTULO 7

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA 341

7.1.	Conceito	341
7.2.	Obrigação tributária principal e obrigação tributária acessória.....	342
7.2.1.	Obrigação principal	342
7.2.2.	Obrigação acessória.....	343
7.3.	Fato gerador	345
7.3.1.	Conceito e classificação	345

7.3.2.	Fato gerador no Código Tributário Nacional.....	347
7.3.3.	Norma antielisiva.....	353
7.4.	Sujeito ativo.....	357
7.5.	Sujeito passivo	358
7.5.1.	Disposições gerais	358
7.5.2.	Solidariedade	359
7.5.3.	Capacidade tributária.....	361
7.5.4.	Domicílio tributário.....	362
7.6.	Responsabilidade tributária.....	363
7.6.1.	Classificação e disposições gerais	363
7.6.2.	Responsabilidade por substituição.....	366
7.6.2.1.	Substituição tributária para trás (regressiva).....	366
7.6.2.2.	Substituição tributária para frente (progressiva).....	367
7.6.2.3.	Substituição tributária simultânea (comum) ou retenção na fonte	370
7.6.3.	Responsabilidade por transferência.....	371
7.6.3.1.	Responsabilidade dos sucessores.....	372
7.6.3.1.1.	Sucessão na aquisição de bens	372
7.6.3.1.2.	Sucessão tributária da pessoa física.....	375
7.6.3.1.3.	Sucessão tributária das pessoas jurídicas e do estabelecimento	377
7.6.3.2.	Responsabilidade de terceiros.....	381
7.6.3.3.	Responsabilidade por infrações	387
7.7.	Resumo.....	389
7.8.	Jurisprudência relevante.....	391
7.8.1.	Súmulas	391
7.8.2.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	391
7.8.3.	Recursos Especiais Repetitivos	391
7.9.	Provas de concursos	392
7.9.1.	Questões	392
7.9.2.	Gabarito	402

CAPÍTULO 8

CRÉDITO TRIBUTÁRIO 403

8.1.	Conceito e disposições gerais.....	403
8.2.	Constituição do crédito tributário.....	405
8.2.1.	Lançamento de ofício.....	405
8.2.2.	Lançamento por declaração.....	409
8.2.3.	Lançamento por homologação	410

8.2.4.	Dispositivos gerais sobre lançamento tributário	412
8.2.5.	Outras formas de constituição do crédito tributário	416
8.3.	Suspensão do Crédito Tributário	417
8.3.1.	Moratória.....	419
8.3.2.	Depósito do montante integral do crédito tributário	423
8.3.3.	Reclamações e recursos administrativos	423
8.3.4.	A concessão de medida liminar	424
8.3.5.	Parcelamento	425
8.4.	Extinção do crédito tributário	427
8.4.1.	Pagamento	427
8.4.2.	Compensação.....	432
8.4.3.	Transação.....	434
8.4.3.1.	Transação Federal	434
8.4.3.1.1.	Classificação	434
8.4.3.1.2.	Regras Gerais.....	435
8.4.3.1.3.	Modalidades	436
8.4.4.	Remissão.....	438
8.4.5.	Decadência e prescrição	440
8.4.5.1.	Considerações gerais	440
8.4.5.2.	Decadência	442
8.4.5.3.	Prescrição.....	448
8.4.6.	Conversão do depósito em renda	451
8.4.7.	O pagamento antecipado e a homologação do lançamento	452
8.4.8.	A consignação em pagamento	452
8.4.9.	Decisão administrativa irreformável e a decisão judicial passada em julgado	452
8.4.10.	Dação em pagamento em bens imóveis	453
8.5.	Exclusão do crédito tributário	454
8.5.1.	Considerações gerais	454
8.5.2.	Isenção.....	455
8.5.2.1.	Principais teorias sobre isenções	455
8.5.2.2.	Classificação das isenções	457
8.5.2.3.	Disciplina no Código Tributário Nacional	457
8.5.3.	Anistia	464
8.6.	Restituição do pagamento indevido	466
8.7.	Resumo.....	472
8.8.	Jurisprudência relevante.....	473
8.8.1.	Súmulas Vinculantes.....	473
8.8.2.	Súmulas do Supremo Tribunal Federal	473
8.8.3.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	473

8.8.4.	Recursos Especiais Repetitivos.....	474
8.9.	Provas de concursos públicos.....	476
8.9.1.	Questões	476
8.9.2.	Gabarito	485

CAPÍTULO 9

GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO..... 487

9.1.	Disposições gerais	487
9.2.	Preferências do crédito tributário	492
9.3.	Resumo.....	503
9.4.	Jurisprudência relevante	504
9.4.1.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	504
9.4.2.	Recursos Especiais Repetitivos.....	504
9.5.	Provas de concursos públicos.....	504
9.5.1.	Questões	504
9.5.2.	Gabarito	507

CAPÍTULO 10

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA..... 509

10.1.	Fiscalização	509
10.2.	Dívida ativa	516
10.3.	Certidões negativas	520
10.4.	Securitização da dívida e a lei complementar de nº 208/2024	523
10.5.	Resumo.....	525
10.6.	Jurisprudência Relevante.....	526
10.6.1.	Súmulas do Supremo Tribunal Federal	526
10.6.2.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	526
10.6.3.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	526
10.7.	Provas de concursos públicos.....	527
10.7.1.	Questões	527
10.6.2.	Gabarito	532

CAPÍTULO 11

IMPOSTOS DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO FEDERAL..... 533

11.1.	Imposto de importação	533
11.1.1.	Regra de competência e disciplina constitucional	533
11.1.2.	Regra-matriz de incidência tributária	534
11.1.2.1.	Antecedente.....	534
11.1.2.2.	Consequente.....	539

11.1.3.	Outros Regimes jurídicos	543
11.1.3.1.	Regime de Tributação Simplificada	543
11.1.3.2.	Regime de Tributação Especial	544
11.2.	Imposto de exportação	545
11.2.1.	Regra de competência e disciplina constitucional	545
11.2.2.	Regra-matriz de incidência tributária	546
11.2.2.1.	Antecedente	546
11.2.2.2.	Consequente	548
11.3.	Imposto sobre a renda	549
11.3.1.	Base econômica e disciplina constitucional	549
11.3.2.	Regra-matriz de incidência tributária	551
11.3.2.1.	Antecedente	551
11.3.2.2.	Consequente	559
11.4.	Imposto sobre produtos industrializados	564
11.4.1.	Base econômica e disciplina constitucional	564
11.4.2.	Regra-matriz de incidência tributária	567
11.4.2.1.	Antecedente	567
11.4.2.2.	Consequente	570
11.4.3.	IPI e Reforma Tributária	572
11.5.	Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários	574
11.5.1.	Base econômica e disciplina constitucional	574
11.5.2.	Regra-matriz de incidência tributária	576
11.5.2.1.	Antecedente	576
11.5.2.2.	Consequente	578
11.6.	Imposto territorial rural	579
11.6.1.	Base econômica e disciplina constitucional	579
11.6.2.	Regra-matriz de incidência tributária	581
11.6.2.1.	Antecedente	581
11.6.2.2.	Consequente	584
11.7.	Imposto seletivo	585
11.7.1.	Contexto que motivou a criação do Imposto Seletivo	585
11.7.2.	Base econômica e disciplina constitucional	586
11.7.2.	Regramento infraconstitucional	588
11.7.2.1.	Base tributável	588
11.7.2.2.	Hipótese de incidência	589
11.7.2.3.	Consequente	590
11.7.2.4.	Outras regras relevantes	592
11.8.	Resumo	593

11.9.	Jurisprudência relevante	596
11.9.1.	Súmulas do STF	596
11.9.2.	Súmulas do STJ	596
11.9.3.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	597
11.9.4.	Recursos Especiais Repetitivos	599
11.10.	Provas de concursos públicos	600
11.10.1.	Questões	600
11.10.2.	Gabarito	606

CAPÍTULO 12

IMPOSTOS DE COMPETÊNCIA DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL 607

12.1.	ITCMD.....	607
12.1.1.	Regra de competência	607
12.1.2.	Sujeição Ativa	608
12.1.2.1.	Critérios principal e subsidiário	608
12.1.2.2.	Regra de transição prevista pelo artigo 16 da Emenda Constitucional de nº 132/2023.....	609
12.1.3.	Progressividade do ITCMD	612
12.1.4.	Imunidade de transmissões e das doações a instituições sem fins lucrativos.....	613
12.1.5.	Fixação das alíquotas máximas pelo Senado Federal	614
12.1.6.	Regra-matriz de incidência.....	614
12.1.6.1.	Antecedente.....	614
12.1.6.2.	Consequente.....	617
12.1.7.	Outras questões relevantes.....	618
12.1.7.1.	Decadência	618
12.1.7.2.	Arrolamento sumário.....	619
12.2.	ICMS	620
12.2.1.	Legislação.....	620
12.2.2.	Regra de competência	620
12.2.2.1.	Operações relativas à circulação de mercadorias	620
12.2.2.2.	Prestação de serviço de transporte interestadual e intermu- nicipal.....	623
12.2.2.3.	Prestação de serviços de comunicação	624
12.2.2.4.	Importação de bem, mercadoria ou serviço	625
12.2.3.	Disciplina constitucional.....	628
12.2.3.1.	Não cumulatividade.....	628
12.2.3.2.	Papel do Senado Federal na conformação do imposto	630
12.2.3.3.	Alíquotas internas e interestaduais.....	630
12.2.3.4.	Convênios do CONFAZ	635

12.2.3.5.	Seletividade.....	636
12.2.3.6.	Imunidade nas exportações e manutenção dos créditos	637
12.2.4.	Regra-matriz de incidência.....	638
12.2.4.1.	Antecedente.....	638
12.2.4.2.	Consequente.....	641
12.2.5.	ICMS-Combustível	643
12.2.5.1.	Regras constitucionais.....	643
12.2.5.2.	Regras previstas na LC 192/2022.....	644
12.2.6.	ICMS e Reforma Tributária	645
12.2.6.1.	Extinção do ICMS.....	645
12.2.6.2.	Benefícios fiscais do ICMS e extinção do imposto.....	647
12.2.6.3.	Créditos acumulados de ICMS e extinção do imposto.	650
12.3.	IPVA.....	651
12.3.1.	Regra de competência e disciplina constitucional	651
12.3.2.	Regra-matriz de incidência.....	653
12.3.2.1.	Antecedente.....	653
12.3.2.2.	Consequente.....	654
12.4.	Resumo.....	654
12.5.	Jurisprudência relevante	656
12.5.1.	Súmulas Vinculantes.....	656
12.5.2.	Súmulas do Supremo Tribunal Federal	656
12.5.3.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	656
12.5.4.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	657
12.5.5.	Recursos Especiais Repetitivos.....	658
12.6.	Provas de concursos públicos.....	658
12.6.1.	Questões	658
12.6.2.	Gabarito	666

CAPÍTULO 13

IMPOSTOS DE COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS E DO DISTRITO FEDERAL 667

13.1.	IPTU.....	667
13.1.1.	Regra de competência e disciplina constitucional	667
13.1.2.	Regra-matriz de incidência.....	669
13.1.2.1.	Antecedente.....	669
13.1.2.2.	Consequente.....	671
13.2.	ITBI	672
13.2.1.	Regra de competência e disciplina constitucional	672
13.2.2.	Regra-matriz de incidência.....	674
13.2.2.1.	Antecedente.....	674

13.3.	ISSQN	676
13.3.1.	Regra de competência e disciplina constitucional	676
13.3.2.	Disciplina constitucional	677
13.3.3.	Regra-matriz de incidência.....	679
13.3.3.1.	Antecedente	679
13.3.3.2.	Consequente	683
13.3.4.	ISSQN e a Reforma Tributária.....	685
13.4.	Resumo.....	687
13.5.	Jurisprudência relevante	688
13.5.1.	Súmulas Vinculantes.....	688
13.5.2.	Súmulas do Supremo Tribunal Federal	689
13.5.3.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	689
13.5.4.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	689
13.5.5.	Recursos Especiais Repetitivos.....	690
13.6.	Provas de concursos públicos.....	691
13.6.1.	Questões	691
13.6.2.	Gabarito	699

CAPÍTULO 14

IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS (IBS): COMPETÊNCIA COMPARTILHADA ENTRE AS ENTIDADES FEDERATIVAS 701

14.1.	IBS e CBS: análise do artigo 149-B.....	701
14.2.	Regra de competência do ibs e disciplina constitucional.....	703
14.3.	Competência compartilhada	706
14.3.1.	Panorama antes da Reforma: Competência privativa e competência comum	706
14.3.2.	Panorama após a reforma: competência compartilhada.....	707
14.4.	Criação por lei complementar	709
14.5.	Ampla base de incidência.....	710
14.5.1.	Aproximação com o IVA	710
14.5.2.	Operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços	711
14.5.3.	Importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou serviços.....	714
14.6.	Neutralidade.....	715
14.7.	Não cumulatividade.....	715
14.7.1.	Conceito e regra geral	715
14.7.2.	Exceções.....	718
14.7.3.	(Ir)relevância do recolhimento do tributo por parte do agente anterior da cadeia produtiva	720
14.8.	Uniformidade nacional com relação a todos os elementos da regra-matriz de	

incidência, exceto com relação às alíquotas	724
14.9. Uniformidade das alíquotas para todos os bens, direitos e serviços	725
14.10. Restrição a criação de regimes específicos ou favorecidos de tributação.....	726
14.10.1. Regimes favorecidos de tributação.....	726
14.10.2. Regimes específicos de tributação.....	733
14.10.2.1. Combustíveis e lubrificantes	734
14.10.2.2. Serviços Financeiros, operações com bem imóveis, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos.....	735
14.10.2.3. Sociedade Cooperativas.....	738
14.10.2.4. Serviços de hotelaria e outros	738
14.10.2.5. Operações alcançadas por tratado ou convenção internacio- nal, inclusive referentes a missões diplomáticas, repartições consulares, representações de organismos internacionais e respectivos funcionários acreditados.	739
14.10.2.6. Serviços de transporte coletivo de passageiros rodoviário intermunicipal e interestadual, ferroviário e hidroviário	739
14.11. Alíquotas de referências	740
14.11.1. O que é.....	740
14.11.2. Alíquotas de referência e autonomia das entidades federativas	741
14.11.3. Alíquotas de referência e alterações na legislação do IBS.....	742
14.11.4. Competência para fixar as alíquotas de referência	742
14.12. Cálculo por fora e não inclusão na base de cálculo de outros tributos.....	742
14.13. Tributação no destino	743
14.14. Transparência.....	744
14.15. Responsabilidade Tributária	744
14.16. distribuição dos valores arrecadados	745
14.17. <i>Cashback</i>	746
14.18. Comitê Gestor do IBS	747
14.18.1. Texto Constitucional.....	747
14.18.2. Atividades	748
14.18.3. Características e Composição	749
14.18.4. Decisões do Comitê Gestor.....	750
14.18.5. CBS e Comitê Gestor	750

CAPÍTULO 15

CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS 753

15.1. Considerações gerais	753
15.1.1. Tributo não vinculado, destinado e não restituível.....	753
15.1.2. Requisitos de validade	755
15.1.3. Classificação das contribuições	759

15.1.4.	Instrumento legislativo para instituição das contribuições especiais	760
15.1.5.	Disposições comuns às contribuições sociais e às contribuições de intervenção no domínio econômico	761
15.2.	Contribuições sociais gerais.....	763
15.3.	Contribuições para a seguridade social	764
15.3.1.	COFINS.....	765
15.3.1.1.	Regramento Atual.....	765
15.3.1.2.	COFINS após a reforma tributária	778
15.3.2.	CSLL – Contribuição sobre o lucro líquido	779
15.3.3.	Da contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos	782
15.3.4.	Da contribuição do Importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.....	783
15.3.4.1.	Regramento Atual.....	783
15.3.4.2.	Regramento após a Reforma Tributária	784
15.3.5.	Da contribuição dos segurados especiais.....	784
15.3.6.	Da Contribuição sobre bens e serviços	785
15.3.6.1.	Características que são diferentes do IBS	786
15.3.6.1.1.	Competência privativa da União Federal.....	786
15.3.6.1.2.	Criação por Lei Complementar de todos os critérios da regra-matriz de incidência, exceto as alíquotas	786
15.3.6.1.3.	Regime de <i>Cashback</i>	786
15.3.6.1.4.	Processo administrativo fiscal.....	787
15.3.6.2.	Características que são iguais ao IBS	787
15.3.6.2.1.	Ampla base de incidência.....	787
15.3.6.2.2.	Neutralidade.....	792
15.3.6.2.3.	Não cumulatividade	793
15.3.6.2.4.	Uniformidade das alíquotas para todos os bens, direitos e serviços	801
15.3.6.2.5.	Restrição a criação de regimes específicos ou favorecidos de tributação	802
15.3.6.2.6.	Regimes favorecidos de tributação	802
15.3.6.2.7.	Regimes específicos de tributação	809
15.3.6.2.8.	Alíquotas de referência.....	816
15.3.6.2.9.	Cálculo por fora e não inclusão na base de cálculo de outros tributos.....	818
15.3.6.2.10.	Transparência	818
15.3.6.2.11.	Responsabilidade Tributária	818
15.3.6.2.12.	Outras características relevantes	819
15.3.7.	Contribuições residuais para a seguridade social	820

15.4.	Contribuições previdenciárias	820
15.4.1.	Contribuições do Regime Geral	821
15.4.2.	Contribuições do Regime Próprio	826
15.5.	Contribuições constitucionalizadas	829
15.5.1.	Salário-Educação	829
15.5.2.	PIS	831
15.5.2.1.	Regramento atual	831
15.5.2.2.	PIS após a reforma tributária	840
15.5.3.	PASEP	841
15.5.4.	Contribuições ao Sistema S	842
15.6.	Contribuições de intervenção no domínio econômico	843
15.7.	Contribuições corporativas	846
15.8.	Contribuição de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos	848
15.9.	Contribuições sobre produtos primários e semielaborados	849
15.10.	Resumo	851
15.11.	Jurisprudência relevante	852
15.11.1.	Súmulas vinculantes	852
15.11.2.	Súmulas	853
15.11.3.	Recursos Extraordinários Repetitivos	853
15.11.4.	Recursos Especiais Repetitivos	855
15.12.	Provas de concursos públicos	857
15.12.1.	Questões	857
15.12.2.	Gabarito	861

CAPÍTULO 16

REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

863

16.1.	Transferências diretas	863
16.1.1.	Transferências diretas da União para os estados e Distrito Federal	863
16.1.2.	Transferências diretas da União para os Municípios	865
16.1.3.	Transferências diretas dos estados para os Municípios	866
16.2.	Transferências indiretas	867
16.3.	Jurisprudência relevante	870
16.3.1.	Recursos Extraordinários Repetitivos	870
16.4.	Provas de concursos públicos	871
16.4.1.	Questões	871
16.4.2.	Gabarito	874

CAPÍTULO 17

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL FEDERAL

875

17.1.	Considerações gerais	875
17.2.	Processo administrativo não contencioso no âmbito federal. Consulta Tributária	875
17.3.	Processo administrativo contencioso no âmbito federal.....	878
17.3.1.	Fases do processo administrativo fiscal contencioso	878
17.4.	Outros aspectos do Decreto nº 70.235/72	883
17.4.1.	Intimações	883
17.4.2.	Nulidades.....	885
17.4.3.	Inconstitucionalidade da exigência de depósito recursal e do arrolamento administrativo para conhecimento do recurso	886
17.4.4.	Não ocorrência da prescrição na pendência de recurso administrativo	886
17.4.5.	Concomitância da ação judicial e do processo administrativo fiscal	888
17.4.6.	Impossibilidade de a administração pública reconhecer a inconstitucionalidade de dispositivo legal	889
17.5.	Resumo.....	890
17.6.	Jurisprudência relevante	890
17.7.	Provas de concursos públicos.....	890
17.7.1.	Questões	890
17.7.2.	Gabarito	892

CAPÍTULO 18

SIMPLES NACIONAL 893

18.1.	Instituição e abrangência.....	893
18.2.	Vedações ao ingresso no Simples Nacional	895
18.3.	Alíquotas e bases de cálculo.....	897
18.4.	Repasse do produto da arrecadação	897
18.5.	Da exclusão do Simples Nacional.....	897
18.6.	Da fiscalização	898
18.7.	Do processo administrativo fiscal	900
18.8.	Do processo judicial.....	900
18.9.	simples nacional após a reforma tributária.....	902
18.10.	Resumo.....	904
18.11.	Jurisprudência relevante	905
18.11.1.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	905
18.12.	Provas de concursos públicos.....	905
18.12.1.	Questões	905
18.12.2.	Gabarito	911

CAPÍTULO 19

PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO 913

19.1.	Ações exacionais.....	913
-------	-----------------------	-----

19.1.1.	Execução fiscal	913
19.1.1.1.	Considerações gerais	913
19.1.1.2.	Objeto e legitimidade ativa	914
19.1.1.3.	Legitimidade passiva	915
19.1.1.4.	Competência e petição inicial	917
19.1.1.5.	Despacho citatório e citação.....	918
19.1.1.6.	Despacho citatório e citação.....	921
19.1.1.7.	Intimação e registro da penhora	925
19.1.1.8.	Possibilidade da interposição de embargos à execução	926
19.1.1.9.	Disposições diversas	927
19.1.1.10.	Suspensão, arquivamento e prescrição intercorrente	930
19.1.1.11.	Fluxograma da execução fiscal.....	933
19.1.1.12.	Resolução de nº 547/2024 do CNJ.....	933
19.1.2.	Medida cautelar fiscal.....	934
19.2.	Ações antiexacionais	939
19.2.1.	Embargos à execução fiscal.....	939
19.2.2.	Exceção de pré-executividade	942
19.2.3.	Mandado de segurança.....	942
19.2.3.1.	Considerações gerais	942
19.2.3.2.	Cabimento no Direito Tributário.....	943
19.2.3.3.	Vedações à concessão de liminar.....	947
19.2.4.	Ação cautelar de caução.....	949
19.2.5.	Consignação em pagamento.....	950
19.2.6.	Ação declaratória de inexistência de relação jurídica	951
19.2.7.	Ação anulatória	953
19.2.7.1.	Ação anulatória comum	953
19.2.7.2.	Ação anulatória do artigo 169 do Código Tributário Nacional....	955
19.2.8.	Ação de repetição de indébito	956
19.3.	Resumo.....	961
19.4.	Jurisprudência relevante	962
19.4.1.	Súmulas Vinculantes	962
19.4.2.	Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	963
19.4.3.	Recursos Extraordinários Repetitivos.....	963
19.4.4.	Recursos Especiais Repetitivos.....	963
19.5.	Provas de concursos públicos.....	964
19.5.1.	Questões de concursos	964
19.5.2.	Gabarito	974

CAPÍTULO 20

REFORMA TRIBUTÁRIA: O QUE MUDOU 975

20.1.	Considerações gerais	975
20.2.	Modelos de tributação sobre consumo na europa e estados unidos	975
20.2.1.	Modelo norte-americano de tributação	975
20.2.2.	Modelo Europeu de tributação.....	977
20.3.	Modelo brasileiro de tributação antes da reforma tributária.....	979
20.3.1.	Base de incidência altamente fragmentada.....	979
20.3.2.	Complexidade das legislações	980
20.3.3.	Não cumulatividade limitada	980
20.3.4.	Cobrança do ICMS na origem.....	982
20.4.	Resumo com as principais alterações no modelo de tributação após a Reforma Tributária.....	983
20.4.1.	IBS e CBS	983
20.4.2.	Imposto Seletivo	983
20.4.3.	Contribuição Estadual sobre produtos primários e semielaborados.....	984
20.4.4.	Tributos extintos	985
20.4.5.	Manutenção da Contribuição ao PASEP.....	986
20.4.6.	Diminuição da base de incidência do IOF	986
20.5.	Zona franca de manaus e A reforma tributária	987
20.6.	Regras de transição de um modelo de tributação para outro (perspectiva do direito tributário).....	989
20.6.1.	Ano de 2026.....	992
20.6.2.	A partir de 2027	993
20.6.3.	2027 e 2028.....	993
20.6.4.	2029 a 2032.....	994
20.6.5.	Em 2033.....	995
20.6.6.	Gráfico sintetizador.....	995
20.7.	Regras de transição de um modelo de tributação para outro (perspectiva do direito financeiro)	996
20.7.1.	Comentários dos dispositivos	998
20.7.2.	Uma metáfora para ajudar na compreensão	1000
20.8.	Benefícios fiscais do ICMS durante o período de transição	1001
20.8.1.	Regramento previsto pela Lei nº 160/2017.	1002
20.8.2.	Alteração no valor dos benefícios fiscais durante o período de transição previsto pela Emenda Constitucional nº 132/2023.	1003
20.8.3.	Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais.....	1004
20.9.	Saldo credores do ICMS	1004
20.10.	Indústria automotiva e incentivos	1005

CAPÍTULO 21

REFORMA TRIBUTÁRIA: (IN)EXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO FEDERATIVO	1007
---	-------------

21.1.	Introdução	1007
21.2.	Do estado federal	1008
21.2.1.	Características de um Estado Federal.....	1008
21.2.2.	Da impossibilidade da utilização da Federação americana como modelo explicativo.....	1009
21.2.3	Federalismo Dualista e Federalismo Cooperativo	1011
21.2.4.	O que explica o Estado Federal	1014
21.2.5.	O que Justifica o Estado Federal.....	1016
21.2.6.	Da Federação Brasileira	1019
21.2.6.1.	Das características da federação brasileira	1020
21.2.7.	Princípio Federativo	1022
21.3.	Da interpretação dos enunciados prescritivos	1023
21.3.1.	Da pretensão à correção como propósito do agir interpretativo do participante do discurso jurídico	1023
21.3.2.	Das regras de argumentação jurídica adotadas neste capítulo para construção da resposta ao problema proposto.....	1026
21.4.	Das limitações ao poder de reforma da constituição federal.....	1028
21.4.1.	Introdução	1028
21.4.2.	Limites materiais implícitos	1029
21.4.3.	Interpretação dos limites materiais	1032
21.4.3.1.	Entre a permanência e a mudança: Limitações materiais sob a perspectiva da doutrina.	1032
21.4.3.2.	Entre a permanência e a mudança: Limitações materiais sob a perspectiva da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	1037
21.4.4.	Conclusão preliminar.....	1040
21.5.	Da utilização da máxima da proporcionalidade como critério para identificação do núcleo essencial do princípio federativo	1041
21.5.1.	Do conceito de Núcleo essencial	1041
21.5.2.	Das justificativas para utilização da proporcionalidade como critério argumentativo.....	1043
21.5.3.	Das justificativas para utilização da proporcionalidade como critério argumentativo para construção do núcleo essencial do princípio federativo.	1046
21.6.	Da aplicação da máxima da proporcionalidade à emenda constitucional de nº 132/2023.....	1049
21.6.1.	Regra, princípio ou postulado	1049
21.6.2.	Dos pressupostos para aplicação da regra da proporcionalidade por parte do Poder Judiciário.....	1050
21.6.3.	Dos critérios para aplicação da regra da proporcionalidade.....	1054
21.6.3.1.	Dos três critérios.....	1054
21.6.3.2.	Adequação	1054

21.6.3.3.	Necessidade	1056
21.6.3.4.	Proporcionalidade em sentido estrito	1058
21.6.3.5.	Da proporcionalidade em sentido estrito da Emenda Constitucional de nº 132/2023.....	1060

BIBLIOGRAFIA	1063
---------------------------	-------------

SÚMARIO DOS QUADROS INFORMATIVOS

Para aprofundar: (In)constitucionalidade de Emendas Constitucionais que suprimam competências tributárias.....	50
Para aprofundar: Limites do papel dos atos secundários na criação de obrigações.....	71
Para aprofundar: É possível aplicar diretamente um princípio sem “transformá-lo” em uma regra de decisão?.....	164
Para aprofundar: Princípio da legalidade e contradição no STJ	172
Para aprofundar.....	275
Para aprofundar: Interpretação literal.....	332
Para aprofundar: Responsabilidade do antigo proprietário do veículo em caso de não comunicação da venda ao Detran.....	365
Para aprofundar.....	460
Para aprofundar: Regimes especiais de fiscalização	511
Para aprofundar: Nenhuma indenização pode ser tributada pelo IR?	554
Para aprofundar.....	637
Para aprofundar: Por que foi criada a COFINS não cumulativa?	774
Para aprofundar: PIS e COFINS nas próprias bases de cálculo	777
Para aprofundar: Impossibilidade de incidência da CSLL sobre a taxa SELIC recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário	781
Para aprofundar: PIS e COFINS nas próprias bases de cálculo	839
Para aprofundar: Limitação da Base de Cálculo das contribuições ao SISTEMAS ao limite máximo de 20 salários-mínimos.....	843
Para aprofundar.....	994